

Gonçalves & Tortola S.A. e  
sociedades controladas - Em  
Recuperação Judicial.

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	13

# Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

**Grant Thornton Auditores  
Independentes**  
Av. Ayrton Senna da Silva, 300 –  
Sala 311  
Londrina | PR | Brasil  
T +55 43 3361-8432  
www.grantthornton.com.br

Aos  
Administradores e Acionistas  
**Gonçalves & Tortola S.A. e sociedades controladas – Em Recuperação Judicial.**  
Maringá – PR

## **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Gonçalves & Tortola S.A. e sociedades controladas - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos mencionados na “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil individual e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião com ressalva**

A controlada GTB Empreendimentos S.A. (“GTB”), possui incertezas quanto a não emissão de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, em razão da impossibilidade de aplicação dos procedimentos de auditoria obrigatórios, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos saldos registrados no ativo investimento no montante de R\$ 16.126 e no resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 10.942. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas podem estar com o ativo superavaliado em R\$ 16.126 e o resultado subavaliado em R\$ 10.942.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **Ênfase**

Conforme a Nota Explicativa no 1 (Contexto Operacional) e nº 21 (Credores em recuperação judicial), onde é apresentado que a Companhia se encontra em processo de recuperação judicial. Em virtude da manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em Assembleia Geral de Credores de 28 de julho de 2016 e homologado pelo Juiz em 12 de setembro de 2016 e o prejuízo consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 65.461, frente ao lucro consolidado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 103.366. Chamamos a atenção para essas condições financeiras atreladas ao plano de recuperação judicial, que indicam que a Companhia terá de buscar alternativas de financiamentos para manter a continuidade de suas operações, sejam elas com recursos originados de sua operação, e/ou com aportes que a operação venha a necessitar, dessa forma indicando a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e controladas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, além disso, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e nas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 30 de abril de 2019



Josnei F. Dagort  
CRC 1PR -054.116/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 – S – PR



Rafael Gonçalves Tortola  
CPF 066.696.579-00  
Diretor Industrial



João Luiz Leandro Lustoza  
Contador CRC - 035540/O-2

# Gonçalves & Tortola S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	74.953	98.873	73.719	97.395
Outros investimentos, incluindo derivativos	11	2.742	3.792	2.742	3.559
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	215.328	164.181	195.118	155.723
Estoques	13	162.122	180.118	155.988	172.121
Ativos biológicos	14	88.636	71.068	75.083	63.346
Adiantamentos a fornecedores	-	14.704	16.567	12.766	15.766
Impostos a recuperar	15	74.498	8.877	67.366	6.447
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>632.983</b>	<b>543.476</b>	<b>582.781</b>	<b>514.356</b>
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	9.600	4.194	9.784	5.626
Impostos a recuperar	15	126.376	160.656	112.893	144.264
Depósitos judiciais	-	4.273	4.632	4.003	4.518
Adiantamentos a fornecedores	21	17.407	30.316	17.407	30.316
Investimentos	16	7.533	6.544	64.280	73.271
Ativos biológicos	14	16.708	14.245	16.708	14.245
Imobilizado	17	542.926	524.108	482.463	460.239
Intangíveis	18	68.685	69.077	61.676	60.455
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>793.508</b>	<b>813.771</b>	<b>769.212</b>	<b>792.934</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.426.492</b>	<b>1.357.247</b>	<b>1.351.994</b>	<b>1.307.291</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Gonçalves & Tortola S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores e outras contas a pagar	19	115.240	121.751	87.664	109.037
Empréstimos e financiamentos	20	172.285	113.583	157.775	104.745
Credores em Recuperação Judicial	21	20.265	20.791	20.255	20.781
Obrigações tributárias	22	15.748	22.074	14.267	19.794
Obrigações sociais	23	48.913	36.488	45.696	33.641
Adiantamentos de clientes	-	2.439	2.293	2.367	2.182
Dividendos a pagar	28.d	9.736	10.692	9.736	9.736
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>384.625</b>	<b>327.673</b>	<b>337.761</b>	<b>299.916</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	19	77.349	16.941	73.778	29.601
Empréstimos e financiamentos	20	61.766	58.684	54.667	41.770
Credores em Recuperação Judicial	21	481.020	450.311	480.347	449.639
Obrigações tributárias	22	38.529	46.379	36.181	46.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	99.739	110.092	96.562	109.125
Provisão para contingências	25	7.174	7.174	7.174	7.174
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	13.821	13.821	13.821	13.821
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>779.398</b>	<b>703.401</b>	<b>762.531</b>	<b>697.508</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	28				
Capital social	-	114.400	114.400	114.400	114.400
Ajustes de avaliação patrimonial	-	14.821	15.437	14.821	15.437
Reservas de lucros	-	122.480	180.029	122.480	180.029
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>251.701</b>	<b>309.867</b>	<b>251.701</b>	<b>309.867</b>
<b>Participação de não controladores</b>	-	<b>10.767</b>	<b>16.305</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>262.468</b>	<b>326.172</b>	<b>251.701</b>	<b>309.867</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.164.024</b>	<b>1.031.075</b>	<b>1.100.293</b>	<b>997.424</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.426.492</b>	<b>1.357.247</b>	<b>1.351.994</b>	<b>1.307.291</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Gonçalves & Tortola S.A.**  
**Demonstrações de resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	29	2.042.029	1.967.996	1.898.440	1.789.779
Custo das vendas	30	(1.704.818)	(1.591.432)	(1.569.666)	(1.437.092)
<b>Lucro bruto</b>		<b>337.211</b>	<b>376.564</b>	<b>328.775</b>	<b>352.687</b>
Despesas de vendas	30	(154.367)	(154.939)	(144.457)	(143.067)
Despesas administrativas	30	(154.665)	(158.656)	(143.431)	(152.088)
Outros resultados operacionais	31	2.246	4.604	4.621	5.466
Resultado de equivalência patrimonial		801	380	(10.564)	1.206
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>31.226</b>	<b>67.953</b>	<b>34.495</b>	<b>64.204</b>
Receitas financeiras		82.072	283.805	89.916	278.831
Despesas financeiras		(214.968)	(186.615)	(206.834)	(180.392)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>	32	<b>(132.897)</b>	<b>97.191</b>	<b>(116.917)</b>	<b>98.439</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(101.671)</b>	<b>165.143</b>	<b>(81.973)</b>	<b>162.643</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(125)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	36.210	(61.652)	23.807	(60.428)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>(65.461)</b>	<b>103.366</b>	<b>(58.166)</b>	<b>102.214</b>
<b>Resultado atribuído para</b>					
Acionistas controladores		(58.166)	102.214		
Acionistas não controladores		(7.295)	1.151		
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>(65.461)</b>	<b>103.366</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Gonçalves & Tortola S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado do exercício</b>	(65.461)	103.366	(58.166)	102.214
Resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(65.461)</u>	<u>103.366</u>	<u>(58.166)</u>	<u>102.214</u>
<b>Resultado atribuído para</b>				
Acionistas controladores	(58.166)	102.214		
Acionistas não controladores	(7.295)	1.151		
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(65.461)</u>	<u>103.366</u>	<u></u>	<u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Gonçalves & Tortola S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total				
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Incentivos Fiscais				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		114.400	16.103	9.298	66.412	1.441	-	207.653	15.153	222.807
Realização do custo atribuído	28.d	-	(665)	-	-	-	665	-	-	-
Realização / Baixa de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(1.404)	1.404	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	102.214	102.214	1.151	103.366
Destinação do lucro:										
Constituição reserva legal		-	-	5.111	-	-	(5.111)	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	99.172	-	(99.172)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>		114.400	15.437	14.409	165.584	38	-	309.867	16.306	326.173
Realização do custo atribuído	28.d	-	(616)	-	-	-	616	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais no exercício		-	-	-	(45.003)	45.003	-	-	-	-
Realização / Baixa de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(38)	38	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	1.756	1.756
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(58.166)	(58.166)	(7.295)	(65.461)
Destinação do lucro:										
Constituição reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção da reserva de lucros		-	-	-	(57.513)	-	57.513	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>		114.400	14.821	14.409	63.070	45.003	-	251.701	10.767	262.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Gonçalves & Tortola S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

### Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	(65.461)	103.366	(58.166)	102.214
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação	33.222	31.632	29.182	27.901
Exaustão	16.288	16.290	16.288	16.290
Amortização	2.532	1.226	919	1.221
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(745)	2.605	(745)	2.605
Provisão (reversão) para contingências	-	4.157	-	4.157
Resultado de equivalência patrimonial	(801)	(380)	10.564	(1.206)
Resultado na venda de ativo imobilizado	665	7.626	535	3.136
Amortização carteira de clientes	783	783	783	783
Juros de Capital Próprio	(435)	-	(319)	-
Provisão para juros sobre Fornecedores – Recuperação Judicial	194	607	194	607
Provisão variação cambial Fornecedores Recuperação Judicial	4.912	-	4.912	-
Provisão para juros sobre empréstimos e financiamentos	34.907	62.622	33.595	69.100
Provisão variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	46.097	9.324	46.097	-
Ajuste a Valor Presente - Credores recuperação judicial	42.399	(206.217)	32.516	(203.207)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(36.210)	61.778	(23.807)	60.428
	<u>78.346</u>	<u>95.419</u>	<u>92.547</u>	<u>84.030</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes e outros créditos	(55.373)	85.355	(43.922)	79.647
Estoques	17.996	108	16.133	2.178
Ativos Biológicos	(17.568)	16.568	(11.737)	15.677
Adiantamentos a fornecedores	14.772	(15.836)	15.909	(16.744)
Impostos a recuperar	(10.207)	(34.536)	(13.143)	(30.169)
Depósitos judiciais	358	(825)	516	(731)
Fornecedores e outras contas a pagar	35.858	35.229	1.151	40.561
Obrigações tributárias	(14.450)	12.856	(15.998)	12.535
Obrigações sociais	12.425	1.946	12.055	1.599
Adiantamentos de clientes	146	10	184	35
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<u>62.303</u>	<u>196.295</u>	<u>53.695</u>	<u>188.619</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Outros investimentos, incluindo derivativos	1.049	537	816	767
Adições ao ativo imobilizado	(52.704)	(25.050)	(51.941)	(23.517)
Ativos biológicos	(18.751)	(15.902)	(18.751)	(15.902)
Intangível	(2.924)	(6.460)	(2.924)	(6.460)
Dividendos recebidos de Controladas	156	-	1.549	-
Integralização de capital em controladas	(345)	-	(1.687)	(1.200)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(73.517)</u>	<u>(46.875)</u>	<u>(72.937)</u>	<u>(46.312)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Adiantamento para futuro aumento de Capital	1.756	-	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos	288.142	55.891	287.665	47.655
Liquidações de empréstimos e financiamentos	(264.284)	(173.115)	(254.736)	(157.773)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(37.363)	(27.282)	(37.363)	(25.088)
Dividendos pagos em controladas	(956)	-	-	-
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>	<u>(12.705)</u>	<u>(144.506)</u>	<u>(4.434)</u>	<u>(135.206)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(23.920)	4.914	(23.675)	7.101
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.873	93.958	97.395	90.294
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>74.953</u>	<u>98.873</u>	<u>73.719</u>	<u>97.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

## (Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A Gonçalves & Tortola S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia está sediado na Estrada Maringá, s/nº, Lote 152 - Gleba Patrimônio Maringá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2018 abrangem a Companhia e suas controladas e investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

O Grupo é detentor de 37 unidades (não auditado), sendo 21 unidades produtivas, 11 comerciais e de distribuição, 02 postos de combustíveis, 03 administrativas e apoio, e tem por objeto principal, fomentar toda Cadeia Produtiva de Avicultura de Corte, em sua área de atuação, promovendo desenvolvimento e melhorias socioeconômicas de seus parceiros criadores, fornecedores, clientes, colaboradores e comunidades. Destacam-se as atividades de recebimentos e beneficiamento de cereais; fábricas de rações para alimento animal; matrizeiros de aves; produção de ovos férteis e comerciais; incubatório de ovos férteis; produção de pintainho de um dia; produção de aves no sistema de parceira/integração; abatedouro de aves; preparação e comércio de derivados de aves nos mercados interno e externo. Também integram o seu portfólio de negócios, as atividades de importação, exportação e revenda de gêneros alimentícios e frios; produção de alimentos prontos, distribuição de combustíveis, serviços de representação comercial; serviço de transporte de mercadorias, e a agropecuária. Ademais, integram suas operações as atividades de indústria e comércio de féculas, amidos modificados e seus derivados, bem como a industrialização e comercialização de conservas, molhos e alimentos. O grupo exporta boa parte de sua produção, tendo como destinos: Albânia, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Barém, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Cuba, Republica Democrática Do Congo, Dinamarca, Egito, Inglaterra, Estados Unidos, França, Gana, Holanda, Hong Kong, Indonésia, Iraque, Irlanda, Itália, Japão, Jordânia, Kuwait, Maldivas, México, Omã, Paraguai, Peru, Qatar, Reino Unido, Serra Leoa, Singapura, África Do Sul, Espanha, Timor Leste, Emirados Árabes, Vietnã e Iême.

### **Recuperação judicial**

O Grupo GT Foods representado pelas Empresas Gonçalves & Tortola S.A. (“GT Foods”), Mister Industrial Avícola S.A. (“Mister”) – Em recuperação judicial Master Administradora de Bens Próprios Ltda. (“Master”) – Em recuperação judicial, não integrando as demonstrações contábeis, ingressou com pedido de recuperação judicial, o qual foi precedido de uma Medida Acautelatória de urgência protocolada no dia 05 de agosto de 2016, a qual foi aditada em 09 de agosto de 2016 para requerer a recuperação judicial. Em 12 de agosto de 2016, o Juízo da Recuperação deferiu o processamento da recuperação judicial, nomeando a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., como Administradora judicial. Foi determinado à Administradora Judicial que avaliasse a existência de grupo econômico e delimitasse a forma de apresentação do plano de recuperação judicial, se em conjunto ou em separado em relação às empresas integrantes do grupo.

Em 25 de agosto de 2016, a Administradora Judicial manifestou-se nos autos favoravelmente à apresentação de plano de recuperação judicial único e consolidado para todas as sociedades do Grupo GT Foods, vez que as atividades e patrimônio da GT, Master e Mister estão fortemente interligadas e essa consolidação substancial estaria em conformidade com o princípio da continuidade da empresa e do Grupo.

Em 29 de agosto de 2016, o Juízo da Recuperação homologou a recomendação da Administradora Judicial, e determinou a apresentação de plano de recuperação judicial único e consolidado pelo Grupo GT Foods, o qual foi apresentado em 26 de outubro de 2016.

O Plano de Recuperação objetiva a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida reestruturada, bem como a geração de capital de giro e recursos necessários para a continuidade de todas as atividades do Grupo permitindo a superação da situação de crise financeira, além de permitir a manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses dos credores, resultando, disso, ainda, a preservação do próprio grupo, da sua função social e da continuidade do estímulo à atividade econômica (artigo 47, Lei 11.101/2005). Em resumo, e para se atingir esses objetivos, o Plano utiliza, dentre outros, as seguintes medidas de recuperação: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, como forma de adequar o endividamento do Grupo GT Foods ao seu fluxo de caixa; (ii) criação de estímulo aos Credores Fornecedores Essenciais, aos Credores Produtores Rurais Essências, e aos Credores Criadores de Aves Integrados continuem com o fornecimento de mercadorias essenciais à continuidade do Grupo GT Foods; (iii) reestruturação de Governança Corporativa e contratação de novo administrador para presidir o Grupo GT Foods; (iv) instalação de Conselho de Administração na Gonçalves e Tortola S.A.

Em 24 de novembro de 2016, o plano de recuperação judicial foi protocolado nos autos do processo. Em 23 de agosto de 2017, o plano de recuperação judicial foi aprovado e o seu detalhamento está apresentado na nota explicativa 21 (credores em recuperação judicial).

O ano de 2018 foi muito complicado para a indústria avícola brasileira. O ano começou e o primeiro semestre foi marcado pelos novos desdobramentos da operação carne fraca, seguido da greve dos caminhoneiros, o alto custo das matérias primas e a gradual perda do poder aquisitivo do consumidor brasileiro. Os impactos foram grandes para o setor, com grandes perdas financeiras, voltando a respirar mais aliviado somente a partir do segundo semestre

com queda nos preços dos insumos, valorização do real frente ao dólar e novas perspectivas no cenário político brasileiro. Porém com o equilíbrio da produção avícola ocorrida pela diminuição da disponibilidade da carne de frango no mercado e com a redução de custos de produção devido à queda nos preços de insumos e com uma perspectiva de boa safra no meio do ano a tendência é que 2019 seja muito mais promissor para o setor avícola do que foi 2018. No mercado externo, tendo em vista as expectativas do México e da China com habilitações de novas plantas e a permissão da autoridade sanitária da Índia em permitir importação do frango brasileiro, bem como as do Oriente Médio com os avanços nas negociações e discussões em torno do abate halal a previsão é de crescimento nos embarques. Quanto ao mercado interno espera-se um destravamento da economia brasileira e uma aceleração mais acentuada na retomada do crescimento.

## 2. Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 8.

As Empresas do Grupo GT Foods, consolidadas nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Participação Acionária			2018	2017
<b>Consolidado</b>				
Companhia Internacional de Logística	Brasil	Coligada	23%	23%
<b>Controladora</b>				
Canção Comercio de Caminhões Ltda.	Brasil	Controlada	98%	98%
Mister Industrial S/A	Brasil	Controlada	100%	100%
GTB Empreendimentos	Brasil	Controlada	60%	60%
Companhia Internacional de Logística	Brasil	Coligada	17%	17%

As Empresas do Grupo GT Foods, consolidadas nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- Mister Industrial Avícola S.A. (“Mister”);
- Canção Comércio de Caminhões Ltda. (“Caminhões”);
- GTB Empreendimentos S.A. (“GTB”).

As atividades das Empresas consolidadas estão descritas a seguir:

### **Mister Industrial Avícola S.A.**

A Mister Industrial Avícola S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Paranavaí - Paraná, e tem por objeto social engorda, abate, industrialização, comercialização, distribuição de aves e pequenos animais e seus derivados, essa Empresa realiza o arrendamento de suas instalações físicas para Gonçalves & Tortola S.A.

### **Canção Comércio de Caminhões Ltda.**

A Canção Comércio de Caminhões Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada, sediada em Maringá - Paraná, e tem por objeto social comércio no varejo de veículos e utilitários novos e usados.

### **GTB Empreendimentos S.A.**

A GTB Empreendimentos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Maringá - Paraná, e tem por objeto social engorda, abate, industrialização, comercialização, distribuição de aves e pequenos animais.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### **4. Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **5. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **6. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:



- **Nota explicativa 13** – mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes e outros créditos;
- **Nota explicativa 15** – mensuração da vida útil das matrizes em produção;
- **Nota explicativa 18** – mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 32** – análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

#### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período demonstrado, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** – reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os impostos a recuperar;
- **Nota explicativa 24** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro para que possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 25** – reconhecimento e mensuração de provisão e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 21** – reconhecimento de ajuste ao valor presente sobre os credores em recuperação judicial.

#### c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 19** – intangível (ágio, marcas e carteira de clientes);
- **Nota explicativa 32** – instrumentos financeiros.

### 7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Ativos intangíveis (ágio e marcas) são mensuradas pelo valor justo.

### 8. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. A seguir apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis.

**a) Base de consolidação**

**(i) Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

**(ii) Participação de acionistas não controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iii) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(iv) Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e

coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

#### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **b) Receita operacional**

#### **i) Venda de bens**

A receita operacional é reconhecida quando **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, **(ii)** for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

#### **ii) Serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

### **c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros feitos.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

**d) Moeda estrangeira**

**i) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações;

**ii) Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

**e) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**f) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar

com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **g) Ajuste a valor presente**

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

#### **h) Ajuste a valor justo**

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

#### **i) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### **j) Ativos biológicos**

Os ativos biológicos do Grupo são compostos por aves matrizes, frangos de corte e ovos incubáveis.

Aves matrizes e frangos de corte estão mensurados pelo custo de formação. Os frangos de corte possuem um rápido ciclo de vida e seu valor contábil está representado substancialmente pelo seu custo de formação.

#### **k) Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 - 62 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 25 anos
Equipamentos de informática	3 - 15 anos
Veículos	15 - 25 anos
Móveis e utensílios	3 - 25 anos

**l) Ativos intangíveis e ágio****(i) Ágio (goodwill)**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
----------	--------

**m) Instrumentos financeiros**

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração**

**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**Empréstimos e recebíveis**



Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

### **(iii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **(iv) Capital Social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

## n) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

### (i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
  - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

### **o) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Foram aprovadas e emitidas a seguinte norma e interpretação pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Empresa. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

#### **IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)**

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes do ativos envolvidos na operação.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos da nova norma e estima um valor presente líquido significativo.

Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento como ativo e como passivo, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

### IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Empresa tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Empresa deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações financeiras após o início de sua vigência em 01 de janeiro de 2019.

### 10. Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	11.502	21.216	10.269	20.019
Aplicações financeiras				
Banco Bradesco S.A.	254	718	254	718
Banco Cooperativo Sicred S.A.	1	3.091	-	3.091
Banco Citibank S.A.	4.013	-	4.013	
Banco Paraná Banco S.A.	16.462	4.278	16.462	4.278
Banco Daycoval S.A.	10.590	52.604	10.590	52.604
Banco Sofisa S.A.	13.975	11.941	13.975	11.660
Banco Barisul S.A.	18.156	5.025	18.156	5.025
	<b>74.953</b>	<b>98.873</b>	<b>73.719</b>	<b>97.395</b>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (99% do CDI em média).

### 11. Outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	2.742	3.792	2.742	3.559
	<b>2.742</b>	<b>3.792</b>	<b>2.742</b>	<b>3.559</b>

As aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com taxas pré-fixadas de 99% do CDI, e são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

## 12. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Mercado interno		112.567	114.121	98.935	111.032
Mercado externo		93.440	41.027	84.505	33.403
Partes relacionadas	26	8.753	6.367	11.392	8.628
Outros créditos		14.169	11.607	14.070	13.034
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa		(4.002)	(4.747)	(4.002)	(4.747)
		<b>224.928</b>	<b>168.375</b>	<b>204.901</b>	<b>161.349</b>
Circulante		215.328	164.181	195.118	155.723
Não Circulante		9.600	4.194	9.784	5.626
		<b>224.928</b>	<b>168.375</b>	<b>204.901</b>	<b>161.349</b>

Abaixo demonstraremos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial 1º de janeiro	(4.747)	(2.142)	(4.747)	(2.142)
Estorno de provisão para perda efetiva	-	1.029	-	1.029
Baixa por recebimento	745	217	745	217
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(3.851)	-	(3.851)
	<b>(4.002)</b>	<b>(4.747)</b>	<b>(4.002)</b>	<b>(4.747)</b>

Abaixo demonstraremos os títulos por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	175.475	148.117	158.548	141.846
Vencido de 1 a 30 dias	24.940	9.965	23.258	9.209
Vencido de 31 a 90 dias	15.209	-	14.929	-
Vencido de 90 a 120 dias	177	2.016	177	2.016
Vencido acima de 121 dias	9.126	8.277	7.987	8.277
	<b>224.928</b>	<b>168.375</b>	<b>204.901</b>	<b>161.349</b>

## 13. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	52.089	52.355	49.411	49.722
Produtos acabados	97.865	98.686	94.379	93.321
Mercadorias para revenda	2.568	5.583	2.568	5.583
Adiantamentos à fornecedores	9.600	23.495	9.600	23.495
	<b>162.122</b>	<b>180.118</b>	<b>155.988</b>	<b>172.121</b>

#### 14. Ativos biológicos

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando controla esses ativos como consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios futuros associados a esses ativos fluirão para a Empresa e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

Na opinião da Administração, o valor justo das matrizes, aves de corte e ovos estão, substancialmente, representados pelo custo de formação devido ao curto ciclo de vida dos animais, bem como pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos nossos produtos deriva do processo de industrialização e não da obtenção de carne in-natura (matéria-prima / ponto de abate). Dessa forma, a Administração manteve o registro das matrizes, aves de corte e ovos por seu custo de formação.

Composição dos saldos de ativos biológicos:

	Consolidado					
	2018			2017		
	Quantidade	Unitário	Total	Quantidade	Unitário	Total
Integração frango de corte (a)	19.745	4,13	81.466	19.649	3,28	64.421
Ovos em incubação (b)	10.468	0,68	7.170	10.663	0,62	6.647
<b>Parcela circulante</b>	<b>30.213</b>	<b>2,93</b>	<b>88.636</b>	<b>30.312</b>		<b>71.068</b>
Matrizes de corte produção (c)	761	21,94	16.708	804	17,72	14.245
<b>Parcela não circulante</b>	<b>761</b>		<b>16.708</b>	<b>804</b>		<b>14.245</b>
<b>Total ativo biológico</b>	<b>30.975</b>		<b>105.344</b>	<b>31.116</b>		<b>85.313</b>

	Controladora					
	2018			2017		
	Quantidade	Unitário	Total	Quantidade	Unitário	Total
Integração frango de corte (a)	17.146	3,96	67.913	17.743	3,20	56.699
Ovos em incubação (b)	10.468	0,68	7.170	10.663	0,62	6.647
Parcela circulante	27.614		75.083	28.406		63.346
Matrizes de corte produção (b)	761	21,94	16.708	804	17,72	14.245
Parcela não circulante	761		16.708	804		14.245
<b>Total ativo biológico</b>	<b>28.376</b>		<b>91.791</b>	<b>29.210</b>		<b>77.591</b>

- (a) Os animais classificados neste grupo são aves destinadas ao abate para produção de carne in-natura. O abate ocorre de forma sequencial e os animais ficam em integração em um curto intervalo de tempo, ao atingir o peso ideal são transferidos para o abate. Seu custo de formação é composto substancialmente por ração, vacinas, medicamentos e pintos de um dia;
- (b) São compostos pelos ovos em incubação que após sua eclosão, os pintainhos de um dia são enviados aos integrados ou para as granjas próprias para engorda.

(c) Os animais classificados no subgrupo de animais para produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como “em formação” e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como “em produção”. A Administração considera justo a valorização pela formação do custo, considerando-se que não existe prática no mercado de comercialização de matrizes. Durante o período de produção, as matrizes são exauridas linearmente pelo período de 12 meses, e no final desse período são descartadas ou comercializadas para abatedouros habilitados.

Movimentação dos saldos de ativos biológicos:

Consolidado	Integração	Ovos	Aves	Total
	frango de corte		Matrizes	
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>64.421</b>	<b>6.647</b>	<b>14.245</b>	<b>85.313</b>
Aumento por aquisição	40.483	28.128	10.136	78.746
Consumo de rações, medicamentos, mão de obra e outros custos	1.044.027	71.548	10.493	1.126.068
(-) Transferência	99.153	(99.153)	-	-
(-) Frango abatido	(1.161.698)	-	(113)	(1.161.811)
(-) Exaustão	-	-	(16.288)	(16.288)
(-) Redução por descarte/venda	(4.918)	-	(1.766)	(6.684)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>81.466</b>	<b>7.170</b>	<b>16.708</b>	<b>105.344</b>

  

Controladora	Integração	Ovos	Aves	Total
	frango de corte		Matrizes	
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>56.699</b>	<b>6.647</b>	<b>14.245</b>	<b>77.591</b>
Aumento por aquisição	26.372	28.128	10.136	64.636
Consumo de rações, medicamentos, mão de obra e outros custos	971.544	71.548	10.493	1.053.585
(-) Transferência	99.153	(99.153)	-	-
(-) Frango abatido	(1.082.657)	-	(113)	(1.082.770)
(-) Exaustão	-	-	(16.288)	(16.288)
(-) Redução por descarte/venda	(3.197)	-	(1.766)	(4.963)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>67.913</b>	<b>7.170</b>	<b>16.707</b>	<b>91.791</b>

### Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentos nos diversos países em que opera. O Grupo estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis regulatórias, exigências fitossanitárias e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar risco regulatórios e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

## 15. Impostos a recuperar

Item	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
IR / CSLL a compensar	26.757	12.173	25.923	11.359
PIS / COFINS a recuperar (a)	114.074	106.013	107.948	91.268
ICMS a recuperar (b)	47.734	51.007	45.338	47.895
Outros impostos	12.309	339	1.050	189
	<b>200.874</b>	<b>169.533</b>	<b>180.258</b>	<b>150.711</b>
Circulante	74.498	8.877	67.366	6.447
Não Circulante	126.376	160.656	112.893	144.264
	<b>200.874</b>	<b>169.533</b>	<b>180.258</b>	<b>150.711</b>

### a. Movimentação do Pis/Cofins a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	106.013	80.382	91.268	68.767
Créditos gerados no período	72.044	68.821	68.309	63.423
Compensações com a operação	(19.340)	(19.542)	(17.783)	(19.018)
Ressarcimento	(11.484)	(8.418)	(11.283)	(7.286)
(-) Ajuste a Valor Presente (i)	(4.997)	(7.905)	4.886	(7.905)
Compensações PER/DCOMP	(28.162)	(7.324)	(27.449)	(6.713)
	<b>114.074</b>	<b>106.013</b>	<b>107.948</b>	<b>91.268</b>

**Pis e Cofins** – Mensalmente são realizadas as apurações de PIS e COFINS, e os débitos apurados pelas saídas são compensados com os créditos de mesma natureza. Até julho de 2018 a empresa possuía mais créditos pelas entradas do que débitos pelas saídas. A partir do terceiro trimestre de 2018, com o advento da Lei nº. 13.670/2018, os créditos passaram a ser consumidos integralmente, em procedimentos de compensação com contribuições previdenciárias. Pela não realização completa dos saldos dos créditos, a empresa projeta a realização da seguinte forma:

Período Apuração	Valor	Observações	Realização
2015 / 2016	11.156.369	Crédito indicado para utilização no programa de Regularização Tributária PERT	2019
2016 / 2017	38.000.000	Recebimento via crédito em conta	2019
2017 / 2018	4.057.000	Utilização com Pedido de Compensação	2019
2017 / 2018	56.800.000	Utilização com Pedido de Compensação	2020/2021
<b>Total</b>	<b>110.013.369</b>		

(i) A Administração do Grupo GT Foods reconheceu o ajuste a valor presente sobre o montante total dos créditos, no montante de R\$ 4.997 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.905 em 2017), com base na perspectiva de utilização demonstrados acima. Para a determinação do ajuste a valor presente foi considerado o custo médio ponderado de capital em 7,28% a.a. em 2018 (7,46% a.a. em 2017), conforme cálculo na nota explicativa 21 – Credores por recuperação judicial.

### b. Movimentação do ICMS a recuperar



	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	51.007	56.166	47.895	53.577
Créditos gerados no período	165.207	165.973	157.710	155.659
Compensações com a operação	(163.748)	(164.133)	(155.534)	(154.342)
Transferência via SISCREDA	(539)	(1.439)	(539)	(1.439)
(-) Provisão de Deságio SISCREDA	(3.327)	(3.327)	(3.327)	(3.327)
(-) Ajuste a Valor Presente (ii)	(829)	(829)	(829)	(829)
Realização da subvenção	(38)	(1.404)	(38)	(1.404)
	<b>47.734</b>	<b>51.007</b>	<b>45.338</b>	<b>47.895</b>

**ICMS** – Os créditos apurados pelas entradas e os débitos apurados pelas saídas são compensados mensalmente. A empresa possui mais créditos pelas entradas do que débitos pelas saídas (ocasionando o aumento constante do saldo a recuperar). Essa situação, em geral, é originada pelos créditos de entradas de matérias – primas onde as empresas mantem créditos proporcionais as exportações, e no mercado interno a empresa possui crédito presumido proporcionais as vendas no mercado interno de 7%. As filiais instaladas no Estado do Paraná possuem apuração centralizada do imposto. O Estado do Paraná permite transferência de créditos a terceiros, desde que habilitados no Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA). O grupo prevê a transferência de R\$ 5.900 mil no exercício de 2019. A Administração do Grupo GT Foods já esperando uma perda com deságio na operação de SISCREDA efetuou a provisão de R\$ 3.327 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.327 em 2017).

- (i) Administração do Grupo GT Foods reconheceu o ajuste a valor presente sobre o montante total dos créditos, no montante de R\$ 829 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 829 em 2017), com base na perspectiva de utilização demonstrados acima. Para a determinação do ajuste a valor presente foi considerado o custo ponderado de capital em 7,28% a.a. em 2018 (7,46% a.a. em 2017), conforme cálculo na nota explicativa 21 – Credores por recuperação judicial.

## 16. Investimentos

### a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
<b>Investimento avaliados por equivalência patrimonial</b>				
Mister Industrial Avícola S.A.	-	-	41.774	41.982
GTB Empreendimentos S.A.	-	-	16.126	25.634
Canção Comércio de Caminhões Ltda.	-	-	796	796
Companhia Internacional de Logística S.A.	7.280	6.291	5.336	4.610
	7.280	6.291	64.032	73.023
<b>Investimento avaliados por custo de aquisição</b>				
Quotas em cooperativas de crédito	252	252	249	249
	252	252	249	249
<b>Total Investimentos</b>	<b>7.533</b>	<b>6.544</b>	<b>64.280</b>	<b>73.271</b>

**b. Movimento dos investimentos**

	Controladora				Total	Consolidado	Mister
	Canção Comércio de Caminhões Ltda.	GTB Empreendimentos S.A.	Mister Industrial Avícola S.A.	Companhia Internacional de Logística S.A.		Companhia Internacional de Logística S.A.	Companhia Internacional de Logística S.A.
<b>(a) Participação no capital 31.12.2018</b>							
% Participação	98%	60%	100%	17%		23%	6%
Quantidade total de quotas:	92	37.300	46.146	23.376		23.376	23.376
Quantidade de quotas possuídas:	90	22.380	46.146	4.003		5.461	1.458
<b>(b) Informação das controladas 31.12.2018</b>							
Capital social	470	22.380	46.146	23.376		23.376	23.376
Patrimônio líquido	812	26.877	41.774	31.166		31.166	31.166
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1)	(18.237)	(208)	2.788		-	2.788
<b>(c) Saldo do investimento 31.12.2018</b>							
Saldo do investimento no início do período	796	25.634	41.982	4.610	73.023	6.291	1.680
Equivalência patrimonial	(1)	(10.942)	(208)	587	(10.564)	801	214
Integralização de Capital	-	1.435	-	253	1.687	345	92
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(115)	(115)	(156)	(42)
Finalização do período de transição de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo do investimento em coligada e controlada em 31.12.2018</b>	<b>796</b>	<b>16.126</b>	<b>41.774</b>	<b>5.336</b>	<b>64.032</b>	<b>7.280</b>	<b>1.945</b>

**c. Informações das investidas**

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado	% de participação
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>						
Canção Comércio de Caminhões Ltda.	Brasil	828	17	812	(1)	98%
GTB Empreendimentos S.A.	Brasil	105.465	78.588	26.877	(18.307)	60%
Mister Industrial Avícola S.A.	Brasil	55.512	13.738	41.774	(208)	100%
		<b>161.805</b>	<b>92.342</b>	<b>69.143</b>	<b>(18.446)</b>	

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa coligada.

Companhia Internacional Logística S/A	Brasil	34.893	3.728	31.166	3.430	23%
		<b>34.893</b>	<b>3.728</b>	<b>31.166</b>	<b>3.430</b>	<b>-</b>

## 17. Ativo imobilizado

### Consolidado

#### a. Composição do saldo

	Taxa de depreciação %	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		30.265	-	30.265	25.820
Edificações	1,6% a 4%	255.216	(33.362)	221.854	221.421
Veículos	7% a 25%	80.287	(22.531)	57.756	50.261
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	281.330	(101.856)	179.473	181.537
Móveis e utensílios	4% a 33%	28.812	(12.960)	15.852	16.922
Equipamentos de informática	7% a 33%	10.931	(7.889)	3.043	4.268
Imobilizado em andamento		26.928	-	26.928	13.408
Adiantamento a fornecedores		3.890	-	3.890	9.754
Consórcios em andamento		3.865	-	3.865	716
		<b>721.523</b>	<b>(178.598)</b>	<b>542.925</b>	<b>524.108</b>

#### b. Movimentação do custo e depreciação

	Saldo em 2017	Movimentações				Saldo em 2018	
	Custo	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Custo	
Terrenos	25.820	4.445	-	-	-	30.265	
Edificações	221.421	202	-	(6.660)	6.891	221.854	
Veículos	50.261	11.675	(23)	(4.110)	(46)	57.756	
Máquinas e equipamentos	181.539	13.464	-	(18.209)	2.680	179.473	
Móveis e utensílios	16.922	2.758	(1)	(2.603)	(1.224)	15.852	
Equipamentos de informática	4.268	415	-	(1.639)	-	3.043	
Imobilizado em andamento	13.408	15.856	(107)	-	(2.230)	26.928	
Adiantamento a fornecedores	9.754	207	-	-	(6.071)	3.890	
Consórcios em andamento	716	3.683	(534)	-	-	3.865	
		<b>524.108</b>	<b>52.704</b>	<b>(665)</b>	<b>(33.222)</b>	<b>(0)</b>	<b>542.925</b>

## Controladora

## c. Composição do saldo

	Taxa de depreciação %	2018		2017
		Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos		28.459	-	28.459
Edificações	1,6%a4%	222.389	(27.407)	194.982
Veículos	7%a25%	79.945	(22.308)	57.636
Máquinas e equipamentos	4%a20%	237.578	(89.518)	148.060
Móveis e utensílios	4%a33%	28.306	(12.673)	15.633
Equipamentos de informática	7%a33%	10.324	(7.314)	3.010
Imobilizado em andamento		26.928	-	26.928
Adiantamento a fornecedores		3.890	-	3.890
Consórcios em andamento		3.865	-	3.865
		<b>641.683</b>	<b>(159.221)</b>	<b>482.463</b>
				<b>460.239</b>

## d. Movimentação do custo e depreciação

	Saldo em 2017	Movimentações				Saldo em 2018
	Custo	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Custo
Terrenos	24.014	4.445	-	-	-	28.459
Edificações	197.511	203	-	(5.764)	3.032	194.982
Veículos	50.002	11.674	-	(4.040)	-	57.636
Máquinas e equipamentos	145.320	12.785	-	(15.313)	5.268	148.060
Móveis e utensílios	15.373	2.727	(1)	(2.468)	1	15.633
Equipamentos de informática	4.202	406	-	(1.598)	-	3.010
Imobilizado em andamento	13.346	15.811	-	-	(2.230)	26.928
Adiantamento a fornecedores	9.754	207	-	-	(6.071)	3.890
Consórcios em andamento	716	3.683	(534)	-	-	3.865
	<b>460.239</b>	<b>51.941</b>	<b>(535)</b>	<b>(29.182)</b>	<b>-</b>	<b>482.463</b>

## Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na nota explicativa 21, no valor de R 245.511 mil.

## 18. Intangível

### a. Composição do saldo

	Consolidado				
	Taxa amortização a.a %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Ágio de rentabilidade futura (Goodwill) (i)	-	24.659	-	24.659	24.659
Marcas (ii)	-	32.948	(1.610)	31.339	32.948
Carteira de clientes (iii)	-	7.223	(4.024)	3.199	3.982
Softwares	20%	11.056	(4.369)	6.686	4.687
Patentes	-	2.802	-	2.802	2.802
		<b>78.688</b>	<b>(10.003)</b>	<b>68.686</b>	<b>69.077</b>

  

	Controladora				
	Taxa amortização a.a %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Ágio de rentabilidade futura (Goodwill) (i)	-	24.659	-	24.659	24.659
Marcas (ii)	-	24.341	-	24.341	24.341
Carteira de clientes (iii)	-	7.223	(4.024)	3.199	3.982
Softwares	20%	10.930	(4.254)	6.675	4.671
Patentes	-	2.802	-	2.802	2.802
		<b>69.955</b>	<b>(8.279)</b>	<b>61.676</b>	<b>60.455</b>

### b. Movimentações

	Consolidado				Controladora			
	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Saldo em 2018	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Saldo em 2018
<b>Custo</b>								
Ágio de rentabilidade futura (Goodwill) (i)	24.659	-	-	24.659	24.659	-	-	24.659
Marcas	32.948	-	-	32.948	24.341	-	-	24.341
Carteira de clientes	7.223	-	-	7.223	7.223	-	-	7.223
Softwares	8.132	2.924	-	11.056	8.006	2.924	-	10.930
Patentes	2.802	-	-	2.802	2.802	-	-	2.802
<b>Amortização</b>								
Marcas	-	-	(1.610)	(1.610)	-	-	-	-
Carteira de clientes	(3.241)	(783)	-	(4.024)	(3.241)	(783)	-	(4.024)
Software	(3.445)	(924)	-	(4.369)	(3.335)	(919)	-	(4.254)
	69.077	1.216	(1.610)	68.685	60.454	1.221	-	61.676

#### (i) Ágio de expectativa de rentabilidade futura

O ágio (Goodwill) apresentado acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura gerado na combinação de negócio da Empresa Mister Industrial Avícola S.A., suportados por laudos de avaliações, após alocação nos ativos em uso identificados. O ágio tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou a análise de impairment e não identificou a necessidade de constituir provisão.

### c. Marcas

As marcas registradas no ativo intangível derivam da combinação de negócios com a Mister Industrial Avícola S.A., Companhia Lorenz e Frigorífico Forte Sull., e são considerados ativos com vida útil indefinida.

### d. Carteira de clientes

A definição da carteira de clientes foi gerada na aquisição da Companhia Lorenz, e foi calculada com base no método de “*Multi-Period Excess Earnings Method*” (MPEEM), que também é uma derivação do “*income approach*”.

Em 2018 a companhia amortizou R\$ 783 dessa carteira.

## 19. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Bens e serviços		110.581	127.938	79.138	107.122
Produtos agropecuários		4.121	1.277	4.121	1.277
Partes relacionadas	26	5.146	6.025	30.694	27.393
Obrigações com instrumentos financeiros	32	-	-	-	-
Outras contas a pagar		76.078	6.462	47.812	2.845
Ajuste a valor presente		(3.285)	(3.010)	(323)	-
		192.589	138.692	161.443	138.637
Circulante		115.240	121.751	87.664	109.037
Não Circulante		77.349	16.941	73.778	29.601
		192.589	138.692	161.443	138.637

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 20. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

Modalidade	Taxa de juros	Garantias	Consolidado		Controladora	
			2018	2017	2018	2017
<b>Em moeda estrangeira (US\$)</b>						
ACC	2,20% a 5,80% a.a.	Promissória	-	32.139	-	32.139
ACC	3,8% a 5,95% a.a.	Aval	1.800	45.226	1.800	45.226
ACC	5,4% a 5,70% a.a.	Fiança	4.673	3.243	4.673	3.243
ACC	5,00% a.a.	Aval + Nota Promissória	44.405		44.405	
ACC	6,50% a.a.	Nota Promissória	23.645		23.645	
ACC	4,00% a.a.	Aval	26.947		26.947	
ACC	5,90% a 6,35% a.a.	Nota Promissória	21.016		21.016	
Capital de Giro	100% CDI + 3,0% a.a.	Aval + Nota Promissória	-	1.995	-	1.995
PPE	6,70% a 7,00% a.a.+Libor Trim	Aval + Cobrança Bancária	2.256	1.843	2.256	1.843
<b>Em moeda nacional (R\$)</b>						
Capital de Giro	8,8430% a.a.+ CDI	Cessão Fiduciária de Duplicatas	-	6.484	-	-
NCE	3,88% a.a + 100% CDI	Nota Promissória	19.146	-	19.146	-
NCE	3,00% a.a + 100% CDI	Aval	2.213		2.213	
NCE	14,550% a.a.	Aval	4.206	3.720	4.206	3.720
	7,8275% a 8,4722% a.a.+100% CDI	Cessão Fiduciária Duplicatas	8.120		8.120	
CCE	15,3895% a.a.	Cessão Fiduciária	9.511		9.511	
Finame	2,5% a 8% a.a.	Alienação de Bens	18.291	26.849	14.559	23.117
Finame	9,5% a 17,64% a.a.	Alienação de Bens	306	482	306	482
Finame	1,8% a 10,0% a.a.+TJLP	Alienação de Bens	21.640	23.509	14.324	15.446
Finame	4,0%a.a.+TJLP e 4,4%a.a.+Selic	Alienação de Bens	617	854	617	854
BNDES Automático	6,75%a.a.	Alienação de Bens	1.698	2.236	1.698	2.236
CDC	0,8% a 1,37% a.m.	Alienação de Bens	692	737	692	737
CDC	1,40% a 1,58% a.m.	Alienação de Bens	886	1.140	886	1.140
CDC	20,38% a 23,86% a.a.	Alienação de Bens	235	300	235	300
Finem Direto	2,5% a 5,04% a.a.+TJLP+Cestas	Hipoteca	8.899	10.849	8.899	10.849
Financiamento	4,50%a.a.	Aval	1.008	1.480	1.008	1.480
Arrendamento Mercantil	12,00% a 22,28% a.a.	Alienação de Bens	1.279	1.708	1.279	1.708
Arrendamento Mercantil	8,161% a.a.	Alienação de Bens	363	391	-	-
Dívida Extraconcursal/Quirografário/Rec. Jud. Mister	6,75% a.a.	Alienação de Bens	4.030	4.030	-	-
Dívida / Rec. Jud. GTB	8,0% a.a.		2.802	3.053	-	-
Outros Empréstimos	1,80% a.m.		3.366	-	-	-
Total Empréstimos e Financiamentos			234.051	172.267	212.443	146.515
(-) Empréstimos e financiamentos - não circulante			(61.766)	(58.684)	(54.667)	(41.770)
			<b>172.285</b>	<b>113.583</b>	<b>157.775</b>	<b>104.745</b>

- **Adiantamentos de contratos de câmbio:** As operações de adiantamentos de contratos de câmbio (“ACCs”) são obrigações junto a bancos comerciais, cujo principal é liquidado através de exportações de produtos, conforme embarques. Os juros podem ser pagos antecipados ou na liquidação dos contratos de câmbio. Tais contratos são garantidos pelas próprias mercadorias exportadas.

Quando os documentos de exportação são apresentados aos bancos financiadores, estas obrigações passam a ser chamadas de adiantamentos sobre cambiais entregues (“ACEs”) e são liquidadas contabilmente apenas quando ocorre o pagamento final pelo cliente no exterior.

O regulamento do Banco Central do Brasil permite que as empresas obtenham financiamento de curto prazo nos termos dos ACCs com vencimento em até 360 dias a contar da data de embarque das exportações ou financiamento de curto prazo nos termos dos ACEs com vencimento em até 180 dias a contar da data de embarque das exportações. Estes empréstimos denominados em Dólares norte-americanos.

- **Capital de giro em moeda estrangeira:** Captações junto a instituições financeiras e utilizadas principalmente para capital de giro de curto longo e financiamento de exportações. São denominados em Dólares norte-americanos, com vencimento de 2019 à 2020.

O Grupo possui diversas obrigações em aberto perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Os empréstimos foram celebrados para aquisição de equipamentos e expansão das instalações produtivas.

- **FINEM:** O Grupo possui linhas de empréstimos de Financiamento a Empreendimentos (“FINEM”) as quais são sujeitas as variações da cesta de moedas do UMBNDES, a qual é composta pelas moedas em que o BNDES capta seus recursos. O impacto dos juros reflete a flutuação diária das moedas que compõem a cesta. Os valores de principal e de juros são pagos em parcelas mensais, com prazos de vencimento entre 2019 e 2022 e são garantidos por penhor de equipamentos, instalações e hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia.

#### **Garantias**

Foram dados em garantias para operações financeiras bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 245.511 mil, estoques e ativos biológicos no montante de 106.295 mil.



## 21. Credores em Recuperação Judicial

### a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	259.807	276.356	259.124	275.673
Bancos - Garantia Real	289.562	278.016	289.562	278.016
Bancos - Quirografários	128.609	130.825	128.609	130.825
Adiantamentos a credores judiciais	(17.407)	(30.316)	(17.407)	(30.316)
(-) Ajuste a Valor Presente	(176.692)	(214.094)	(176.692)	(214.094)
	483.878	440.786	483.196	440.104
Ativo Circulante	(17.407)	(30.316)	(17.407)	(30.316)
Passivo Circulante	20.265	20.791	20.255	20.781
Passivo Não Circulante	481.020	450.311	480.347	449.639
	483.878	440.786	483.196	440.104

### b. Movimentações

	Consolidado					
	Inicial	Atualização	Varição Cambial	Baixas	Extraconcursal	Saldo
Fornecedores	276.356	194	4.912	(17.164)	(4.491)	259.807
Bancos - Garantia Real	278.016	18.627	15.077	(22.157)	-	289.562
Bancos - Quirografários	130.825	1.006	12.226	-	(15.448)	128.609
Adiantamentos a credores judiciais	(30.316)	-	-	1.130	11.779	(17.407)
(-) Ajuste a Valor Presente (i)	(214.094)	-	-	37.402	-	(176.692)
	440.787	19.826	32.215	(790)	(8.160)	483.878

  

	Controladora					
	Inicial	Atualização	Varição Cambial	Baixas	Extraconcursal	Saldo
Fornecedores	275.673	194	4.912	(17.164)	(4.491)	259.124
Bancos - Garantia Real	278.016	18.627	15.077	(22.157)	-	289.562
Bancos - Quirografários	130.825	1.006	12.226	-	(15.448)	128.609
Adiantamentos a credores judiciais	(30.316)	-	-	1.130	11.779	(17.407)
(-) Ajuste a Valor Presente (i)	(214.094)	-	-	37.402	-	(176.692)
	440.104	19.826	32.215	(790)	(8.160)	483.196

(i) O Grupo possui saldos a pagar a credores, os quais devem ser cumpridos conforme as obrigações aprovadas em seu plano judicial homologado no exercício de 2017. Administração do Grupo GT Foods reconheceu o ajuste a valor presente sobre o montante total dos créditos, no montante de R\$ 176.692 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 214.094 em 2017), com base na perspectiva de pagamentos apresentados no item (i.b). Para a determinação do ajuste a valor presente foi considerado o custo médio ponderado de capital em 7,28% a.a. em 2018 (7,46% a.a. em 2017), conforme item (i.a)).

(i.a) Para apuração do cálculo do custo médio ponderado de capital para o efetivo desconto das dívidas sujeitas a recuperação judicial, foram utilizadas a estrutura atual de capital do Grupo GT Foods e suas respectivas médias de rendimentos/encargos (capital próprio, créditos sujeitos a recuperação judiciais e novos créditos contratados), conforme apresentados a seguir:

	Valor	Custo médio de capital	Custo ponderado de capital
Caixa	87.003	9,00%	0,66%
Patrimônio Líquido (ajustado)*	191.311	9,03%	1,47%
Novas obrigações	220.204	8,35%	1,56%
Credores por recuperação judiciais	677.295	6,23%	3,58%
	<b>1.175.813</b>		<b>7,28%</b>

\* Sem os efeitos de caixa.

- (i.b) Os credores por recuperação judicial foram projetados até seus vencimentos conforme apresentados a abaixo e descontados pelo custo médio ponderado de capital apurado.

Modalidade	Valor Original*	Carência	Atualização	Prazo
Credores Trabalhistas (Moeda nacional)	2.279	-	TR	12 meses
Fornecedores (Moeda nacional)	237.900	Ate 36 meses	TR	Até 180 meses
Fornecedores (Moeda estrangeira)	9.986	36 meses	Libor / Euroribor	180 meses
Bancos - Garantia Real (Moeda nacional)	229.165	24 meses	7,2%/TJLP/ Cestas	108 meses
Bancos - Garantia Real (Moeda estrangeira)	3.677	24 meses	Libor USD	108 meses
Bancos - Quirografários (Moeda nacional)	71.364	36 meses	2%	180 meses
Bancos - Quirografários (Moeda estrangeira)	22.896	36 meses	TR	180 meses
Classe IV – ME e EPP	12.117	-	Libor USD	108 meses
			2%	Até 36 meses

Em milhares de reais\*

### Plano de Recuperação Judicial, de acordo com o plano de recuperação judicial apresentado pelas Empresas do Grupo GT Foods.

#### Créditos Trabalhistas

**Pagamento dos Créditos Trabalhistas Incontroversos.** Os Créditos Trabalhistas Incontroversos devem ser pagos da seguinte forma: **(i)** A atualização dos valores se dará com base na TR, desde a Data do Pedido até Data de Início do Cumprimento do Plano; **(ii)** o valor correspondente a até 05 (cinco) salários mínimos, relativos a créditos de natureza estritamente salarial e vencidos até 03 (três) meses anteriores à Data do Pedido, serão pagos no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da Data de Início do Cumprimento do Plano acrescidos de correção monetária com base na TR; **(iii)** o restante será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária com base na TR, com a primeira parcela sendo devida a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos.** Os Créditos Trabalhistas Controvertidos devem ser pagos na forma estabelecida na Cláusula 0, após os valores serem fixados nas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo, conforme o caso. Em qualquer caso, os prazos para pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos terão início somente quando do trânsito em julgado das respectivas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo. O Grupo GT Foods envidará seus melhores esforços para buscar, no menor prazo possível, a obtenção de acordos razoáveis com os Credores Trabalhistas no âmbito de tais reclamações trabalhistas. Em nenhuma hipótese os Créditos Trabalhistas Controvertidos receberão tratamento mais benéfico do que os Créditos Trabalhistas Incontroversos.

**Antecipação de pagamento dos Créditos Trabalhistas.** O Grupo GT Foods pode antecipar os pagamentos dos Créditos Trabalhistas, desde que de forma proporcional e abrangendo todos os credores da classe, com exceção dos Créditos Trabalhistas que sejam, quando da antecipação de pagamentos, Créditos Trabalhistas Controvertidos, os quais continuarão a ser pagos nos termos da Cláusula 4.1.1..

#### **Créditos com garantia real**

##### **Pagamento dos Créditos com Garantia Real.**

Os Credores com Garantia Real serão pagos integralmente nos seguintes termos:

- (i) Carência para pagamento do Crédito Principal: Não haverá o pagamento de principal durante o período de 24 meses que se seguirem à Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (ii) Pagamento de Juros: Os juros serão pagos obedecendo aos seguintes critérios de capitalização e exigibilidade: (i) Juros capitalizados mensalmente desde a Data do Pedido até Data de Início do Cumprimento do Plano, (ii) exigíveis mensalmente a partir do dia 15 do 1º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Amortização do Crédito:** A amortização do Crédito será em 108 (cento e oito) prestações mensais e sucessivas contadas a partir do término do período de carência e respeitadas as seguintes condições: (iii.a) 18% (dezoito por cento) do total do principal será pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais, vencendo-se a primeira no dia 15 do 25º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano; (iii.b) 33% (trinta e três por cento) do total do principal será pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais, vencendo-se a primeira no dia 15 do 61º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano; e (iii.c) 30% (trinta por cento) do total do principal será pago em 24 (vinte quatro) prestações mensais, vencendo-se a primeira no dia 15 do 97º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano; (iii.d) 19% (dezenove por cento) do total do principal será pago em 12 (doze) prestações mensais, vencendo-se a primeira no dia 15 do 121º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano.

### **Remuneração.**

Sobre os Créditos com Garantia Real incidirão as seguintes taxas:

- (i) Os Créditos com Garantia Real com contratos indexados por TJLP ou SELIC ou com recursos vinculados ao PSI (Programa de Sustentação de Investimentos) quando estes recursos vinculados ao PSI se tratarem de créditos sujeitos à Recuperação Judicial, serão remunerados com base na TJLP, acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano;
- (ii) Os Créditos com Garantia Real com contratos indexados por Cesta de Moedas serão remunerados com base no mesmo indexador, acrescida de 3,5% (três e meio por cento) ao ano;
- (iii) Os Créditos com Garantia Real com contratos indexados por outros índices serão remunerados a 7,2% (sete vírgulas dois por cento) ao ano;
- (iv) Os Créditos com Garantia Real denominados em dólares americanos (USD) serão remunerados com base na taxa USD LIBOR USD, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano. **Taxa de Câmbio.** Para fins de determinação da taxa de câmbio aplicável, os montantes a serem distribuídos aos Credores com Garantia Real, cuja moeda de origem seja uma moeda estrangeira, serão convertidos para a moeda corrente nacional (Real) de acordo com a taxa de venda da moeda estrangeira divulgada pelo Banco Central do Brasil na véspera da realização de cada pagamento, por meio de sua página na internet sobre taxas de câmbio (<http://www.bcb.gov.br/?txcambio>), menu “Cotações e Boletins”, opção “Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data” na véspera do dia do pagamento.

### **Créditos Quirografários**

#### **Pagamento inicial a credores quirografários.**

O Credor Quirografário com crédito até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observados os demais termos e condições deste Plano, será pago integralmente, em parcela única, sem o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 6.1.5, em 10 (dez) dias úteis contados da Data de Início do Cumprimento do Plano.

O Credor Quirografário com crédito até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescida da remuneração prevista na Cláusula 6.1.5, com a primeira parcela vencendo no dia 15, contados 30 dias após a Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Pagamento do Saldo dos Créditos Quirografários.** O Credor Quirografário com crédito superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão pagos integralmente nos seguintes termos: Carência de 3 (três) anos para pagamento de principal e correção monetária, cujo início do prazo de carência é contado da Data de Início do Cumprimento do Plano; Amortização do Crédito, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais, contadas a partir do término do período de carência, e respeitados as seguintes condições: (ii.a) 60% (sessenta por cento) do total dos créditos (correção monetária e principal) será pago em 156 (cento e cinquenta e seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia 15 do 37º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano; e (ii.b) 40% (quarenta por cento) do principal será pago em 24 (vinte quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do 193º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Remuneração.** Sobre os Créditos Quirografários incidirão as seguintes taxas:

- (i) Créditos Quirografários denominados em reais (BRL) serão remunerados com base na TR, capitalizada desde a Data do Pedido até o 36º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano, e exigíveis a partir do 37º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (ii) Créditos Quirografários denominados em dólares americanos (USD) serão remunerados com base na LIBOR USD, capitalizada desde a Data do Pedido até o 36º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano, e exigíveis a partir do 37º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (iii) Créditos Quirografários denominados em euros (EUR) serão remunerados com base na EURIBOR – 12 Meses, capitalizada desde a Data do Pedido até o 36º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano e exigíveis a partir do 37º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (iv) Créditos Quirografários denominados em libras (GBP) serão remunerados com base na LIBOR GBP, capitalizada desde a Data do Pedido até o 36º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano e exigíveis a partir do 37º mês que se seguir à Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Taxa de câmbio.** Para fins de determinação de taxa de câmbio aplicável, os montantes a serem distribuídos aos Credores com Créditos Quirografários, cuja moeda de origem seja uma moeda estrangeira, serão convertidos para a moeda corrente nacional (Real) de acordo com a taxa de venda da moeda estrangeira divulgada pelo Banco Central do Brasil na véspera da realização de cada pagamento, por meio de sua página na internet sobre taxas de câmbio (<http://www.bcb.gov.br/?txcambio>), menu “Cotações e Boletins”, opção “Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data” na véspera do dia do pagamento.

#### **Créditos de ME e EPP**

**Pagamento dos Créditos de ME e EPP.** Os Créditos de ME e EPP serão pagos nos seguintes termos:

- (i) Os créditos com valores até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observados os demais termos e condições deste Plano, serão pagos integralmente, sem o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 7.1.2, em parcela única, em 10 (dez) dias úteis contados da Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (ii) Os créditos com valores até R\$10.000,00 (dez mil reais), serão pagos integralmente em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a primeira parcela vencendo 30 (trinta) dias após a Data de Início do Cumprimento do Plano;
- (iii) Os créditos com valores superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a primeira parcela vencendo 30 (trinta) dias após a Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Remuneração.** Sobre os Créditos de ME e EPP haverá a incidência da TR, a partir da Data de Início do Cumprimento do Plano, a ser paga juntamente com as parcelas de principal devidas. Cláusula acima.

**Pagamento da Remuneração.** A remuneração incidente sobre os Créditos de ME e EPP será paga mensalmente juntamente com as parcelas de principal indicadas na Cláusula acima, sendo certo que o primeiro pagamento de correção monetária ocorrerá a partir do início dos pagamentos.

**Antecipação de pagamento dos Créditos de ME e EPP.** O Grupo GT Foods poderá antecipar o pagamento, total ou parcial, de qualquer parcela vincenda dos Créditos de ME e EPP, desde que de forma proporcional e abrangendo todos os credores da classe, com exceção dos Créditos de ME e EPP que sejam, quando da antecipação de pagamentos, Créditos de ME e EPP objeto de impugnação, os quais serão pagos conforme cláusula 7.1.5.

### **Fornecedores de insumos e matérias primas essenciais produtor de milho, soja, farelo de soja e produtor integrado criador de aves**

#### **Fornecedores insumos e/ou matérias primas essenciais**

Poderão receber parte ou a totalidade de seus Créditos Sujeitos ao Plano na forma descrita abaixo.

**Prazo para habilitação.** Os Credores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais deverão fazer com que o Grupo GT Foods receba Termo de Habilitação – Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais no prazo de 15 (quinze) dias contados da Homologação Judicial do Plano, sob pena de não se qualificarem para recebimento de Créditos Sujeitos ao Plano nos termos dessa Cláusula.

**Compromisso de fornecimento.** Pelo Termo de Habilitação – Os credores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais deverão se comprometer a (“Condições de Fornecimento”): **(i)** manter, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos contados da data da Homologação do Plano, o fornecimento dos Insumos Essenciais nas mesmas quantidades, qualidade e nos mesmos níveis médios como fornecidos nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores a Data do Pedido de Recuperação Judicial, a não ser que o Grupo GT Foods solicite redução no volume de entrega dos Insumos a critério exclusivo do Grupo GT Foods; **(ii)** manter/conceder ao Grupo GT Foods os mesmos prazos para o pagamento que eram praticados anteriormente à Data do Pedido de Recuperação Judicial. Respeitadas estas duas Condições de Fornecimento, o Grupo GT Foods e o respectivo Fornecedor Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais poderão negociar os termos e condições do Termo de Habilitação – Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais de forma diversa, inclusive dispensando sua celebração, caso os contratos de fornecimento com os Credores já possuam as garantias que o Grupo GT Foods julgar necessárias para a manutenção do fornecimento dos Insumos e a continuidade de suas atividades.

**Verificação dos fornecedores insumos e/ou matérias primas essenciais habilitados.** Para os Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais que apresentarem tempestivamente o Termo de Habilitação – Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais, o Grupo GT Foods pagará o respectivo fornecedor nas condições previstas na Cláusula 8.1.4 abaixo.

**Forma de pagamento aos fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais.** O

Fornecedor Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais receberá os créditos sujeitos à Recuperação desde que respeitados os termos e condições descritos nas Cláusulas 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.5 em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR a qual incidirá desde a Data do Pedido, com a primeira parcela sendo devida 30 dias contados da Data de Início do Cumprimento do Plano.

8.1.5 Limite para o Pagamento dos Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais. O Grupo GT Foods se compromete a destinar o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para serem pagos de forma proporcional aos Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais que tempestiva e regularmente tiverem se habilitado, conforme minuta constante do Anexo 8.1.

Caso a totalidade dos créditos habilitados pelos Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais, que se qualificarem conforme minuta constante do Anexo 8.1, supere o limite global de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), até este limite de crédito, haverá o pagamento proporcional entre os **Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais**.

O valor dos créditos dos Fornecedores Insumos e/ou Matérias Primas Essenciais que não forem liquidados nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes, descritas acima será pago respeitados os termos e condições do Capítulo V ou do Capítulo VI, dependendo de em qual das classes o credor estiver classificado originariamente.

**Produtores rurais milho, soja, farelo de soja, amido de milho e fécula de mandioca.** Os Credores Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca que celebrarem Termo de Habilitação – Fornecedores Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca, nos termos da minuta constante do Anexo 8.2, poderão optar por receber parte ou a totalidade de seus Créditos Sujeitos ao Plano nos seguintes termos previstos na Cláusula 8.2.1 e seguintes.

**Prazo para habilitação.** Os Credores Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca deverão fazer com que o Grupo GT Foods receba Termo de Habilitação – Credores Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca no prazo de 15 (quinze) dias contados da Homologação Judicial, sob pena de não se qualificarem para recebimento de Créditos Sujeitos ao Plano nos termos dessa Cláusula.

**Compromisso de continuidade.** Os Credores Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca deverão se comprometer a (“Condições de Fornecimento” (i) manter, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contados da data da Homologação do Plano, o fornecimento de Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca nas mesmas quantidades e nos mesmos níveis médios como fornecidos nos 24 (vinte quatro) meses anteriores a Data do Pedido de Recuperação Judicial, a não ser que o Grupo GT Foods solicite redução no volume de entrega a critério exclusivo do Grupo GT Foods; (ii) manter/conceder ao Grupo GT Foods os mesmos prazos para o pagamento dos Insumos que eram praticados anteriormente à Data do Pedido de Recuperação Judicial. Respeitadas estas duas Condições de Fornecimento, o Grupo GT Foods e o respectivo Credor Produtores Rurais Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca poderão negociar os termos e condições do Termo de Habilitação – Fornecedores Parceiros Insumos Essenciais de forma diversa, inclusive dispensando sua celebração, caso os contratos de fornecimento com os Credores Produtores Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca já possuam as garantias que o Grupo GT Foods julgar necessárias para a manutenção do fornecimento dos Insumos e a continuidade de suas atividades.

**Verificação dos credores produtores milho, soja, farelo de soja, amido de milho e fécula de mandioca habilitados.** Para os Credores Produtores Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca que apresentarem tempestivamente o Termo de Habilitação – Produtores Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca, o Grupo GT Foods pagará respectivo fornecedor nas condições previstas na Cláusula 8.2.4 abaixo.

**Forma de pagamento aos credores produtor milho, soja, farelo de soja, amido de milho e fécula de mandioca.** O Credor Produtor Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca receberá os créditos sujeitos à Recuperação respeitados os termos e condições descritos nas Cláusulas 8.1.1, 8.2.2 e 8.2.3, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR a qual incidirá desde a Data do Pedido, com a primeira parcela sendo devida 30 dias contados da Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Produtores integrados criadores de aves:** Os Credores Produtores Integrados que celebrarem Termo de Habilitação – Produtores Integrados Criadores de Aves, nos termos da minuta constante do Anexo 8.3, poderão receber parte ou a totalidade de seus Créditos Sujeitos ao Plano na forma prevista na Cláusula 8.3.1 e seguintes.

**Prazo para habilitação.** Os Credores Produtores Integrados Criadores de Aves deverão fazer com que o Grupo GT Foods receba Termo de Habilitação – Produtores Integrados Criadores de Aves no prazo de 15 (quinze) dias contados da Homologação Judicial, sob pena de não se qualificarem para recebimento de Créditos Sujeitos ao Plano nos termos dessa Cláusula.

**Compromisso de continuidade.** Os Produtores Integrados Criadores de Aves deverão se comprometer a (“Condições de Fornecimento” (i) manter, no mínimo por 05 (cinco) anos o mesmo nível de alojamento praticado com base nos 06 (seis) últimos alojamentos anteriores ao Pedido de Recuperação Judicial, a não ser que uma redução em tal volume seja requerida pelo Grupo GT Foods; (ii) conceder ao Grupo GT Foods os mesmos prazos para o pagamento que foram praticados nos 06 (seis) últimos alojamentos anteriores à Data do Pedido de Recuperação Judicial.



**Verificação dos credores Integrados habilitados.** Para os Produtores Integrados Criadores de Aves que apresentarem tempestivamente o Termo de Habilitação – Produtores Integrados Criadores de Aves, o Grupo GT Foods pagará respectivo fornecedor nas condições previstas na Cláusula 8.3.4 abaixo.

Forma de Pagamento aos Produtores Integrados Criadores de Aves. O Produtor Integrado Criador de Aves receberá os créditos sujeitos à Recuperação em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR a qual incidirá desde a Data do Pedido, com a primeira parcela sendo devida 30 dias contados da Data de Início do Cumprimento do Plano.

**Limite para o pagamento dos credores produtores milho, soja e farelo de soja e produtores integrados criadores de aves.** O Grupo GT Foods se compromete a destinar o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para serem pagos proporcionalmente aos Credores Produtores Milho, Soja e Farelo de Soja e Produtores Integrados Criadores de Aves, que tempestiva e regularmente tiverem se habilitado, conforme minutas constantes dos Anexos 8.2 e 8.3.

Caso o valor total dos créditos sujeitos ao Plano, detidos pelos Credores Produtores Milho, Soja e Farelo de Soja e Produtores Integrados Criadores de Aves que se habilitarem conforme minutas constantes dos Anexos 8.2 e 8.3, supere o limite global de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), até este limite o valor será rateado de forma proporcional entre os Credores Produtores Milho, Soja e Farelo de Soja e Produtores Integrados Criadores de Aves. O valor do crédito devido pelos Credores Produtores Milho, Soja e Farelo de Soja e Produtores Integrados Criadores de Aves que superar o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), será pago respeitados os termos e condições do Capítulo V ou do Capítulo VI, dependendo de em qual das classes o credor estiver classificado originariamente.

**Descumprimento do fornecimento.** Os Fornecedores de Insumos e Matérias Primas Essenciais, Produtores Rurais, Milho, Soja, Farelo de Soja, Amido de Milho e Fécula de Mandioca e Produtores Integrados Criadores de Aves, devidamente habilitados nos termos deste Capítulo, e que deixarem de cumprir com os termos e condições previstas nos Termos de Habilitação não farão mais jus à forma de pagamento especial prevista neste Capítulo, de modo que seus Créditos Sujeitos ao Plano serão pagos nos termos e condições a eles originalmente aplicáveis, descontados os valores que já tiverem sido pagos nos termos deste Capítulo.

**Restrição de benefício.** Os sócios das Recuperandas, bem como as sociedades coligadas, controladoras, controladas ou as que tenham sócio ou acionista com participação do capital social das Recuperandas ou em que as Recuperandas ou algum de seus sócios detenham participação do capital social não poderão se beneficiar do regime de pagamento previsto neste Capítulo VIII.

A mesma vedação disposta na Cláusula 8.6 se aplica ao cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, colateral até o 2º (segundo) grau, ascendente ou descendente dos sócios das Recuperandas, de administrador, do sócio controlador, de membro dos conselhos consultivo, fiscal ou semelhantes das Recuperandas e às sociedades em que quaisquer dessas pessoas exerçam essas funções.

## 22. Obrigações tributárias

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Funrural a recolher	602	6.758	423	6.735
ICMS a recolher	1.321	542	639	542
Impostos Parcelados	43.719	55.355	40.828	53.261
Outros impostos a recolher	8.634	5.799	8.559	5.635
	<b>54.277</b>	<b>68.453</b>	<b>50.448</b>	<b>66.173</b>
Circulante	15.748	22.074	14.267	19.794
Não Circulante	38.529	46.379	36.181	46.379
	<b>54.277</b>	<b>68.453</b>	<b>50.448</b>	<b>66.173</b>

- (i) Os parcelamentos referem-se substancialmente a parcelamentos especiais aderidos em 2017 e 2018, sendo: Programa de Regularização Tributária (PERT) e Programa de Regularização Tributária Rural (PRR);
- (ii) Lei 11.941/09 - com adesão em junho de 2011, abrangendo débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, atualizadas pela Selic e parcelamento de débitos previdenciários.

A Empresa optou pela não adoção antecipada do novo regime de tributação na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar do ano fiscal de 2018.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado na controladora é demonstrada abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Alíquota	34/%	34/%	34/%	34/%
<b>Lucro (Prejuízo) Contábil antes do IR e CS</b>	<b>(101.671)</b>	<b>165.143</b>	<b>(81.973)</b>	<b>162.643</b>
<b>Adições</b>				
Adições permanentes	13.451	16.707	20.486	14.927
Adições temporárias	7.947	31.601	-	31.288
	21.398	48.308	20.486	46.215
<b>Exclusões</b>				
Exclusões permanentes	(17.500)	(14.448)	(14.507)	(12.726)
Exclusões temporárias	(8.444)	(223.881)	(8.444)	(220.871)
	(25.944)	(238.329)	(22.951)	(233.597)
<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>(106.217)</b>	<b>(24.877)</b>	<b>(84.437)</b>	<b>(24.738)</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal Exercícios anteriores	-	(192)	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	(3)	-	-
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>(125)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado					
	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Combinação de Negócios	7.168	7.168		5.559	5.559	
Baixa de Marca no intangível	783	783		783	783	
Ajuste de avaliação patrimonial e diferença taxa fiscal e contábil	(3.948)	(3.948)		(7.465)	(7.465)	
Ajuste a valor presente sobre credores Recuperação Judicial/Fornecedores	37.402	37.402		(217.104)	(217.104)	
Depreciação acelerada atividade rural	231	231		899	899	
Subvenção sobre investimento	38	38		1.404	1.404	
Ajuste líquido reconhecimento receitas (-) CPV / ( Cut-off)	798	798		11.831	11.831	
Ajuste a valor presente sobre impostos a recuperar	5.072	5.072		10.887	10.887	
Tributos diferidos sobre provisões e outros	(2.972)	(2.972)		12.066	12.066	
Ajuste de exercícios Anteriores	42.822	43.647		-	-	
(-) Base de Cálculo Negativa de IRPJ	18.888	18.888		(192)	(192)	
	106.282	107.107		(181.332)	(181.332)	
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos</b>	<b>26.570</b>	<b>9.640</b>	<b>36.210</b>	<b>(45.333)</b>	<b>(16.320)</b>	<b>(61.653)</b>

	Controladora					
	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Combinação de Negócios	5.559	5.559		5.559	5.559	
Baixa de Marca no intangível	783	783		783	783	
Ajuste de avaliação patrimonial e diferença taxa fiscal e contábil	(6.497)	(6.497)		(6.754)	(6.754)	
Ajuste a valor presente sobre credores Recuperação Judicial/Fornecedores	37.402	37.402		(214.094)	(214.094)	
Depreciação acelerada atividade rural	231	231		899	899	
Subvenção sobre investimento	38	38		1.404	1.404	
Ajuste líquido reconhecimento receitas (-) CPV / ( Cut-off)	1.110	1.110		11.518	11.518	
Ajuste a valor presente sobre impostos a recuperar	(4.886)	(4.886)		10.887	10.887	
Tributos diferidos sobre provisões e outros	(2.972)	(2.972)		12.066	12.066	
Ajuste de exercícios Anteriores	39.033	39.858		-	-	
	69.801	70.627		(177.732)	(177.732)	
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos</b>	<b>17.449</b>	<b>6.357</b>	<b>23.807</b>	<b>(44.433)</b>	<b>(15.996)</b>	<b>(60.428)</b>

## 23. Obrigações sociais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Salários a pagar	12.577	11.656	11.855	10.806
Provisão de férias	20.834	19.424	20.126	18.066
INSS a recolher	7.065	3.001	5.807	2.830
FGTS a recolher	6.481	1.608	6.341	1.490
Outras obrigações com empregados	1.955	800	1.568	450
	48.913	36.488	45.696	33.641

## 24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis. A composição dos saldos dos tributos diferidos líquidos é demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Base de cálculo			
	2018	2017	2018	2017
<b>Imposto de Renda</b>				
Atividade rural	11.250	11.481	2.813	2.870
Ajuste de avaliação patrimonial	93.167	97.988	23.292	24.497
Diferença temporária	240.278	285.188	60.070	71.297
Base negativa de IRPJ/CSLL	(51.470)	(71.828)	(12.868)	(17.957)
Outros	-	38	-	9
<b>Contribuição Social</b>				
Atividade rural	11.250	11.481	1.013	1.033
Ajuste de avaliação patrimonial	93.339	99.257	8.428	9.136
Diferença temporária	240.278	285.188	21.625	25.667
Base negativa de IRPJ/CSLL	(51.470)	(71.828)	(4.632)	(6.465)
Outros	-	38	-	3
<b>Total tributos diferidos</b>			<b>99.740</b>	<b>110.092</b>

	Controladora			
	Base de cálculo			
	2018	2017	2018	2017
<b>Imposto de Renda</b>				
Atividade rural	11.250	11.481	2.813	2.870
Ajuste de avaliação patrimonial	83.822	86.071	20.956	21.518
Diferença temporária	240.278	273.906	60.070	68.477
Base negativa de IRPJ/CSLL	(51.471)	(51.471)	(12.868)	(12.868)
Outros	-	38	-	9
<b>Contribuição Social</b>				
Atividade rural	11.250	11.481	1.013	1.033
Ajuste de avaliação patrimonial	83.822	86.071	7.587	8.063
Diferença temporária	240.278	273.906	21.625	24.652
Base negativa de IRPJ/CSLL	(51.471)	(51.471)	(4.632)	(4.632)
Outros	-	38	-	3
<b>Total tributos diferidos</b>			<b>96.562</b>	<b>109.126</b>

## **25. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhistas, no curso normal de seus negócios. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, manteve as provisões no montante total de R\$ 7.174 na controladora e consolidado, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com possibilidade possível de perda somam o montante de R\$ 32.021. Sendo civil R\$ 22.476 e trabalhista R\$ 9.544, em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas também são parte, no polo ativo, em outros processos que buscam, principalmente, a execução de títulos de créditos vinculados a seus recebíveis de clientes.

## **26. Partes relacionadas**

### **Controladas/ coligadas**

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundas de operações de venda e compra de produtos, assim essas transações comerciais, tais como compra e venda mercadorias entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes não partes relacionadas. As operações de mútuos são pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato, com vencimentos definidos e atualização monetária.

A seguir são apresentados os saldos patrimoniais entre partes relacionadas.

Operações mercantis	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ciliomar Tortola		681	21	681	21
Rogério Wagner Martini Gonçalves e Outro		1.893	610	1.893	610
Canção Comercio de Caminhões		-	-	16	16
José Borges Gonçalves		415	2.126	415	2.126
Felisberto Borges Gonçalves		66	-	66	-
Master Administradora de Bens Próprios Ltda.		1.747	3.529	1.747	3.529
GTB Empreendimentos S.A.		-	-	2.623	2.326
L.V.M Gonçalves Urbano – ME		2.809	-	2.809	-
Urbano Lavanderia Industrial Eireli ME		55	-	55	-
E. Gonçalves		815	-	815	-
Companhia Internacional de Logística S.A.		271	81	271	-
<b>Total contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>13</b>	<b>8.753</b>	<b>6.367</b>	<b>11.392</b>	<b>8.628</b>

Operações mercantis	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ciliomar Tortola		-	19	-	19
Rogério Wagner Martini Gonçalves e Outro		-	-	-	-
Canção Comércio de Caminhões Ltda.		-	-	825	825
José Borges Gonçalves		2.016	3.090	2.016	3.090
Felisberto Borges Gonçalves		-	21	-	21
Marineiva Aparecida Gonçalves		25	49	25	49
Luciana Andrea Martini Gonçalves		33	33	33	33
Rafael Gonçalves Tortola		53	-	53	-
Mister Industrial Avícola S.A.		-	-	24.124	20.543
Alfhaveille Administração e Locação de Veículos		2.689	2.689	2.689	2.689
GTB Empreendimentos S.A.		-	-	599	-
Companhia Internacional de Logística S.A.		329	124	329	124
<b>Total fornecedores partes relacionadas</b>	<b>20</b>	<b>5.146</b>	<b>6.025</b>	<b>30.694</b>	<b>27.393</b>

A seguir são apresentados os saldos reconhecidos nos resultados entre partes relacionadas.

Operações mercantis	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ciliomar Tortola	26	25	26	25
Rogério Wagner Martini Gonçalves e Outro	4	19	4	19
José Borges Gonçalves	824	578	824	578
Felisberto Borges Gonçalves	4	-	4	-
Marineiva Aparecida Gonçalves	17	3	17	3
Luciana Andrea Martini Gonçalves	6	5	6	5
GTB Empreendimentos S.A.	-	-	654	8
Companhia Internacional de Logística S.A.	-	2	-	2
<b>Total receitas com partes relacionadas</b>	<b>881</b>	<b>632</b>	<b>1.535</b>	<b>640</b>

Operações mercantis	2018	2017	2018	2017
Ciliomar Tortola	1.335	1.587	1.335	1.587
Rogério Wagner Martini Gonçalves e Outro	1.378	1.342	1.378	1.342
José Borges Gonçalves	4.043	2.991	4.043	2.991
Felisberto Borges Gonçalves	290	110	290	110
Marineiva Aparecida Gonçalves	760	944	760	944
Luciana Andrea Martini Gonçalves	827	967	827	967
Mister Industrial Avícola S.A.	-	-	-	-
Jaguafrangos Industria e Comercio de Alimentos	-	-	-	-
GTB Empreendimentos S.A.	-	-	838	65
Companhia Internacional de Logística S.A.	2.764	1.414	2.764	1.414
<b>Total compras de partes relacionadas</b>	<b>11.397</b>	<b>9.354</b>	<b>12.235</b>	<b>9.419</b>

## 27. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em março de 2016 houve aporte de recurso para futuro aumento de capital social, por parte dos acionistas, proporcionalmente à participação no capital, no montante de R\$ 12.999 mil.

Em agosto de 2009 houve aporte de recurso para futuro aumento do capital social, no montante total de R\$ 22.040 mil, conforme Ata da 1º Assembleia Extraordinária, sendo que 21.218 mil já foram realizados para aumento de capital, restando o montante R\$ 822 mil, referente aos sócios Rogério Wagner Martini Gonçalves e Ciliomar Tortola, proporcionalmente a participação no capital.

## 28. Capital social

### a. Capital social

O capital social, integralmente realizado, é representado por 114.400 ações ordinárias conforme segue abaixo:

	R\$	Ações ordinárias	Participação em %
Rogério Wagner Martini Gonçalves	76.271	76.271	67%
Cilmar Tortola	38.129	38.129	33%
	<b>114.400</b>	<b>114.400</b>	<b>100%</b>

### b. Reservas de lucros

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados. É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

### Reserva de incentivo fiscal

A reserva de incentivos fiscais, foi constituída em conformidade com o Artigo 9 da Lei Complementar 160/2017, é decorrente incentivos fiscais de ICMS (Nota explicativa 15). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou reclassificação de saldo de reservas de incentivos fiscais de ICMS referentes a subvenções recebidas no ano de 2013 no montante de R\$ 44.965.

### c. Ajustes de avaliação patrimonial

Composto pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído, em decorrência da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

### d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado quando necessário. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Considerando que a Companhia apresentou prejuízo, não houve destaque de dividendos.

## 29. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Venda de produto mercado interno	1.572.604	1.483.914	1.451.123	1.336.094
Venda de produto mercado externo	532.889	530.855	492.373	486.589
Venda de mercadoria mercado interno	74.416	80.078	72.700	80.067
Serviços prestados	921	888	921	888
<b>Total de receita</b>	<b>2.180.830</b>	<b>2.095.736</b>	<b>2.017.117</b>	<b>1.903.638</b>
	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta fiscal	2.180.830	2.095.736	2.017.117	1.903.638
Menos:				
Impostos sobre venda	(67.663)	(64.137)	(52.966)	(52.991)
Devoluções e abatimentos	(71.138)	(63.603)	(65.711)	(60.868)
<b>Total receita líquida</b>	<b>2.042.029</b>	<b>1.967.996</b>	<b>1.898.440</b>	<b>1.789.779</b>



### 30. Custos e despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima e insumos	1.219.870	1.127.310	1.116.535	1.008.942
Salários e encargos	267.967	252.925	251.932	235.290
Fretes (terrestre, marítimo e aéreo)	129.370	90.517	118.444	80.612
Manutenção dos bens	49.077	41.856	45.879	38.593
Depreciação e amortização	52.824	49.930	47.172	46.196
Água e energia elétrica	46.748	46.773	42.982	42.827
Despesa com exportação	2.647	41.975	2.345	39.406
Serviços contratados	40.275	41.766	35.672	37.657
Despesas com alimentação	35.950	35.514	34.619	33.402
Frota	33.839	29.529	33.721	29.364
Comissões sobre vendas	24.438	26.504	22.890	24.238
Material de uso e consumo	22.673	20.434	21.098	18.367
Despesas com armazenagem	18.307	18.956	18.204	18.939
Industrialização em terceiros	25.195	25.365	23.410	23.166
Despesas com viagens	9.563	9.407	9.537	9.388
Aluguel	2.613	2.308	2.390	3.813
Outras	32.495	43.959	30.723	42.048
	<b>2.013.850</b>	<b>1.905.028</b>	<b>1.857.553</b>	<b>1.732.247</b>

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Custos das vendas	1.704.818	1.591.432	1.569.666	1.437.092
Despesas administrativas	154.665	158.656	143.431	152.088
Despesas de vendas	154.367	154.939	144.457	143.067
	<b>2.013.850</b>	<b>1.905.028</b>	<b>1.857.553</b>	<b>1.732.247</b>

### 31. Outros resultados operacionais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Subvenção ICMS	15.b	-	-	-	-
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado e biológico		(145)	1.169	(272)	2.241
Outras despesas operacionais		(2.088)	(3.391)	550	(3.391)
Outras receitas operacionais		4.479	6.826	4.343	6.616
		<b>2.246</b>	<b>4.604</b>	<b>4.621</b>	<b>5.466</b>

## 32. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre empréstimos	(35.717)	(52.516)	(34.706)	(49.611)
Perda no mercado futuro	-	(865)	-	(865)
Varição cambial passiva	(154.103)	(66.966)	(152.964)	(65.684)
Outras despesas financeiras	(25.148)	(66.267)	(19.163)	(64.231)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(214.968)</b>	<b>(186.614)</b>	<b>(206.834)</b>	<b>(180.391)</b>
Rendimentos aplicações financeiras	2.887	10.119	2.874	10.005
Ganhos com mercado futuro	815	715	815	715
Varição cambial ativa	107.092	59.513	105.467	57.977
Ajuste valor presente (a)	(42.779)	206.217	(32.848)	203.207
Outras receitas financeiras	14.057	7.240	13.608	6.927
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>82.072</b>	<b>283.805</b>	<b>89.916</b>	<b>278.831</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(132.897)</b>	<b>97.191</b>	<b>(116.917)</b>	<b>98.439</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2018, a Administração do Grupo efetuou a contabilização de ajuste a valor presente dos impostos a recuperar (nota explicativa 15), Fornecedores (nota explicativa 19) e Credores em recuperação judicial (nota explicativa 21), nos montante de R\$ 4.886, R\$ (10.263) e R\$ (37.402) no consolidado (R\$ 3.010, R\$ (10.886) e R\$ 214.094 em 2017), respectivamente. Sobre os valores foram constituídos provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 33. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Empresa à expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela gerência e diretoria do Grupo, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos que no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	2018		Consolidado 2017	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	74.953	74.953	98.873	98.873
Outros investimentos, incluindo derivativos	2.742	2.742	3.792	3.792
Contas a receber de clientes e outros créditos	224.928	224.928	168.375	168.375
	302.623	302.623	271.039	271.039
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e outras contas à pagar	(192.589)	(192.589)	(138.692)	(138.692)
Credores em Recuperação Judicial	(501.285)	-	(471.103)	-
Empréstimos e financiamentos	(234.051)	(234.051)	(172.267)	(172.267)
	(927.925)	(426.460)	(782.061)	(310.959)
	<b>(625.302)</b>	<b>(124.017)</b>	<b>(511.022)</b>	<b>(39.919)</b>

	2018		Controladora 2017	
	Saldo Contábil	Valor de Justo	Saldo Contábil	Valor de Justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	73.719	73.719	97.395	97.395
Outros investimentos, incluindo derivativos	2.742	2.742	3.559	3.559
Contas a receber de clientes e outros créditos	204.901	204.901	161.349	161.349
	281.363	281.363	262.303	262.303
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e outras contas à pagar	(161.443)	(161.443)	(138.637)	(138.637)
Credores em Recuperação Judicial	(500.603)	-	(470.420)	-
Empréstimos e financiamentos	(212.442)	(212.442)	(146.514)	(146.514)
	(874.487)	(373.885)	(755.572)	(285.152)
	<b>(593.126)</b>	<b>(92.522)</b>	<b>(493.270)</b>	<b>(22.849)</b>

- Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do CDI (certificado de depósito interbancário);
- Outros investimentos, incluindo derivativos - valores referentes ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos de opções (put/call) junto a instituições financeiras;

- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias);
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

A exposição líquida em 31 de dezembro de 2018 em moeda estrangeira está assim demonstrada:

	Consolidado					
	2018			2017		
	Saldo Contábil	US\$	€	Saldo Contábil	US\$	€
Contas a receber mercado externo	93.440	19.086	3.760	41.027	11.596	674
Fornecedores e outras contas a pagar	(44.254)	(11.367)	(40)	(38.407)	(11.610)	-
Credores em recuperação judicial	(133.308)	(32.913)	(1.250)	(98.823)	(29.874)	-
Empréstimos e Financiamentos - ACC	(122.486)	(31.611)	-	(80.607)	(24.367)	-
Empréstimos e Financiamentos - Capital Giro	-	-	-	(1.995)	(603)	-
Empréstimos e Financiamentos - Finimp	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - PPE / NCE	(2.256)	(582)	-	(1.843)	(557)	-
	<b>(208.863)</b>	<b>(57.387)</b>	<b>2.470</b>	<b>(180.648)</b>	<b>(55.416)</b>	<b>674</b>

	Controladora					
	2018			2017		
	Saldo Contábil	US\$	€	Saldo Contábil	US\$	€
Contas a receber mercado externo	84.505	16.780	3.760	33.403	9.291	674
Fornecedores e outras contas a pagar	(44.254)	(11.387)	(40)	(38.407)	(11.610)	-
Credores em recuperação judicial	(133.308)	(32.913)	(1.250)	(98.823)	(29.874)	-
Empréstimos e Financiamentos - ACC	(122.486)	(31.611)	-	(80.607)	(24.367)	-
Empréstimos e Financiamentos - Capital Giro	-	-	-	(1.995)	(603)	-
Empréstimos e Financiamentos - Finimp	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - PPE	(2.256)	(582)	-	(1.843)	(557)	-
	<b>(217.798)</b>	<b>(59.693)</b>	<b>2.470</b>	<b>(188.272)</b>	<b>(57.721)</b>	<b>674</b>

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos inclusos nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir. Os saldos do consolidado não estão sendo apresentados nesta nota explicativa, em razão da variação entre os saldos da controladora e do consolidado não terem impacto relevante.

A política de atuação da Companhia no mercado futuro de câmbio futuro visa garantir a rentabilidade das exportações ou se prevenir de flutuações nas taxas de câmbio, quando há pagamentos denominados em moeda estrangeira. A empresa também assume posições em bolsa de derivativos para se resguardar das flutuações nos preços das commodities.

## **a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de oscilação dos preços das commodities.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para devedores duvidosos, quando necessário.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

### ***Risco de cambial***

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, em sua grande maioria o Dólar Americano (USD) e o Euro (€). As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD, Euro (€) e Libra Esterlina (GBP).

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo, principalmente em Reais, mas também em € e USD. Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos, fazendo com que a contabilidade de *hedge* não seja aplicada nessas circunstâncias. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

### ***Risco de oscilação dos preços das commodities***

A Empresa tem como risco do seu negócio a oscilação do preço de suas matérias primas utilizadas na fabricação de ração de aves (soja e milho), que podem provocar alterações substanciais nas receitas e custos. Para mitigar estes riscos, é realizado o monitoramento dos mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se aos movimentos dos preços. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, capacidade produtiva, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

## **b. Análise de sensibilidade**

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2018 para as variações das taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Companhia.

Como cenários prováveis foram adotados as cotações e valores já reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação de 5% e 15%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços e das commodities e utilizamos uma variação entre 15% e 25% no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

**Consolidado**

	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	66.193	65.721	64.778

**Controladora**

	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	66.192	65.721	64.777

**Consolidado**

	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e financiamentos	TJPL	Alta da TJLP	31.157	31.379	31.822
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	21.359	21.511	21.816

**Controladora**

	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e financiamentos	TJPL	Alta da TJLP	23.841	24.010	24.350
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	21.359	21.511	21.816

**(i) Variações nas taxas cambiais****Consolidado**

Posição	Moeda	Saldo em moeda estrangeira	Risco	Mercado Atual	Possível	
					Taxa	Perda R\$
Contas a receber mercado externo	USD	19.086	Redução câmbio	3,87	3,294	(11.093)
Contas a receber mercado externo	EURO	3.760	Redução câmbio	4,44	3,772	(2.503)
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	11.367	Aumento câmbio	3,87	4,456	(6.606)
Fornecedores e outras contas a pagar	EURO	40	Aumento câmbio	4,44	5,103	(27)
Credores em Recuperação Judicial	USD	32.913	Aumento câmbio	3,87	4,456	(19.130)
Credores em Recuperação Judicial	EURO	1.250	Aumento câmbio	4,44	5,103	(832)
Empréstimos e financiamentos	USD	32.193	Aumento câmbio	3,87	4,456	(18.711)

**Controladora**

Posição	Moeda	Saldo em moeda estrangeira	Risco	Mercado Atual	Possível	
					Taxa	Perda R\$
Contas a receber mercado externo	USD	16.780	Redução câmbio	3,87	3,294	(9.753)
Contas a receber mercado externo	EURO	3.760	Redução câmbio	4,44	3,772	(2.503)
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	11.367	Aumento câmbio	3,87	4,456	(6.606)
Fornecedores e outras contas a pagar	EURO	40	Aumento câmbio	4,44	5,103	(27)
Credores em Recuperação Judicial	USD	32.913	Aumento câmbio	3,87	4,456	(19.130)
Credores em Recuperação Judicial	EURO	1.250	Aumento câmbio	4,44	5,103	(832)
Empréstimos e financiamentos	USD	32.193	Aumento câmbio	3,87	4,456	(18.711)

**Consolidado**

Posição	Moeda	Saldo em moeda estrangeira	Risco	Mercado Atual	Remoto	
					Taxa	Perda R\$
Contas a receber mercado externo	USD	19.086	Redução câmbio	3,87	2,906	(18.489)
Contas a receber mercado externo	EURO	3.760	Redução câmbio	4,44	3,328	(4.171)
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	11.367	Aumento câmbio	3,87	4,844	(11.011)
Fornecedores e outras contas a pagar	EURO	40	Aumento câmbio	4,44	5,547	(44)
Credores em Recuperação Judicial	USD	32.913	Aumento câmbio	3,87	4,844	(31.883)
Credores em Recuperação Judicial	EURO	1.250	Aumento câmbio	4,44	5,103	(1.388)
Empréstimos e financiamentos	USD	32.193	Aumento câmbio	3,87	4,844	(31.185)

**Controladora**

Posição	Moeda	Saldo em moeda estrangeira	Risco	Mercado Atual	Remoto	
					Taxa	Perda R\$
Contas a receber mercado externo	USD	16.780	Redução câmbio	3,87	2.906	(16.255)
Contas a receber mercado externo	EURO	3.760	Redução câmbio	4,44	3.328	(4.171)
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	11.367	Aumento câmbio	3,87	4.844	(11.011)
Fornecedores e outras contas a pagar	EURO	40	Aumento câmbio	4,44	5.547	(44)
Credores em Recuperação Judicial	USD	32.913	Aumento câmbio	3,87	4.844	(31.883)
Credores em Recuperação Judicial	EURO	1.250	Aumento câmbio	4,44	5.103	(1.388)
Empréstimos e financiamentos	USD	32.193	Aumento câmbio	3,87	4.844	(31.185)

**Valor justo****(i) Valor justo versus valor contábil**

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	74.953	74.953	98.873	98.873
Outros investimentos, incluindo derivativos	2.742	2.742	3.792	3.792
Contas a receber de clientes e outros créditos	224.928	224.928	168.375	168.375
	302.623	302.623	271.039	271.039
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	(192.589)	(192.589)	(138.692)	(138.692)
Credores em recuperação judicial	(501.285)	-	(471.103)	-
Empréstimos e financiamentos	(234.051)	(234.051)	(172.267)	(172.267)
	(927.925)	(426.460)	(782.061)	(310.959)
	<b>(625.302)</b>	<b>(124.017)</b>	<b>(511.022)</b>	<b>(39.919)</b>

	Controladora			
	2018		2017	
	Saldo Contábil	Valor de Justo	Saldo Contábil	Valor de Justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	73.719	73.719	97.395	97.395
Outros investimentos, incluindo derivativos	2.742	2.742	3.559	3.559
Contas a receber de clientes e outros créditos	204.901	204.901	161.349	161.349
	281.363	281.363	262.303	262.303
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e outras contas à pagar	(161.443)	(161.443)	(138.637)	(138.637)
Credores em recuperação judicial	(500.603)	-	(470.420)	-
Empréstimos e financiamentos	(212.442)	(212.442)	(146.514)	(146.515)
	(874.487)	(373.885)	(755.571)	(285.152)
	<b>(593.126)</b>	<b>(92.522)</b>	<b>(493.270)</b>	<b>(22.849)</b>

**34. Cobertura de seguros**

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para os montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 70.000 mil para danos materiais.

\* \*